Audiência Pública

NEWSLETTER
DO CENTRO DE
ARBITRAGEM
ADMINISTRATIVA

#03
ABR 2025

SUBSCREVA A "AUDIÊNCIA PÚBLICA" ENVIANDO UM EMAIL PARA
NEWSLETTER.CURSOS@CAAD.ORG.PT

ABERTURA

Dar vida a um ângulo morto

NUNO VILLA-LOBOS
PRESIDENTE DO CAAD

Como a utilidade de uma opinião é por si só matéria de opinião, aplicarei esta formulação de Stuart Mill à arbitragem tributária. Em concreto, à opinião de quem, de forma dogmática, a considera negativa para o erário público. É uma oportunidade para expor a falibilidade das convicções mais profundas e dar vida ao ângulo morto negligenciado: o das vantagens para o Estado, sem dele receber qualquer dotação financeira.

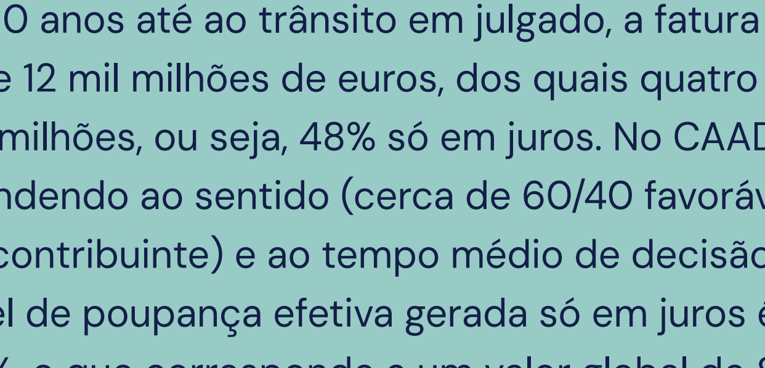
Os quatro meses e meio de tempo médio da instância arbitral e o acesso rápido à última palavra dos tribunais superiores permitem potenciar a receita fiscal em duas vertentes: a AT obtém rápida confirmação da legalidade da atuação, como acabou de suceder com a **taxa de IVA aplicável à reabilitação urbana** ou consegue adequar em tempo real a sua base legal de atuação, como aconteceu com o IUC.

A duração do processo tem um impacto financeiro direto para o erário público. Perdendo o Estado a ação, além de ter de devolver o montante já cobrado, é onerado com uma taxa de juro anual de 4 %. Apliquemos esta equação financeira nos TAF's e no CAAD. Nos TAF's, se o Estado ficar vencido em metade do valor em disputa no total dos processos pendentes, 16 mil milhões de euros (70% do valor representado por 3% de processos) ao fim de um tempo médio de 10 anos até ao trânsito em julgado, a fatura é de 12 mil milhões de euros, dos quais quatro mil milhões, ou seja, 48% só em juros. No CAAD, atendendo ao sentido (cerca de 60/40 favorável ao contribuinte) e ao tempo médio de decisão, o nível de poupança efetiva gerada só em juros é de 50%, o que corresponde a um valor global de 850 milhões, equivalente a pouco menos de metade do último Orçamento da Justiça.

Por último, além do efeito economizador da arbitragem para os cofres públicos, o funcionamento célere e eficiente da justiça arbitral tributária não implicou uma falta de **investimento na justiça tributária estadual.**

Voltando a Stuart Mill, a comprovação da utilidade em não silenciar uma opinião falsa é a nossa oportunidade de reiterar uma opinião verdadeira.

AGENDA



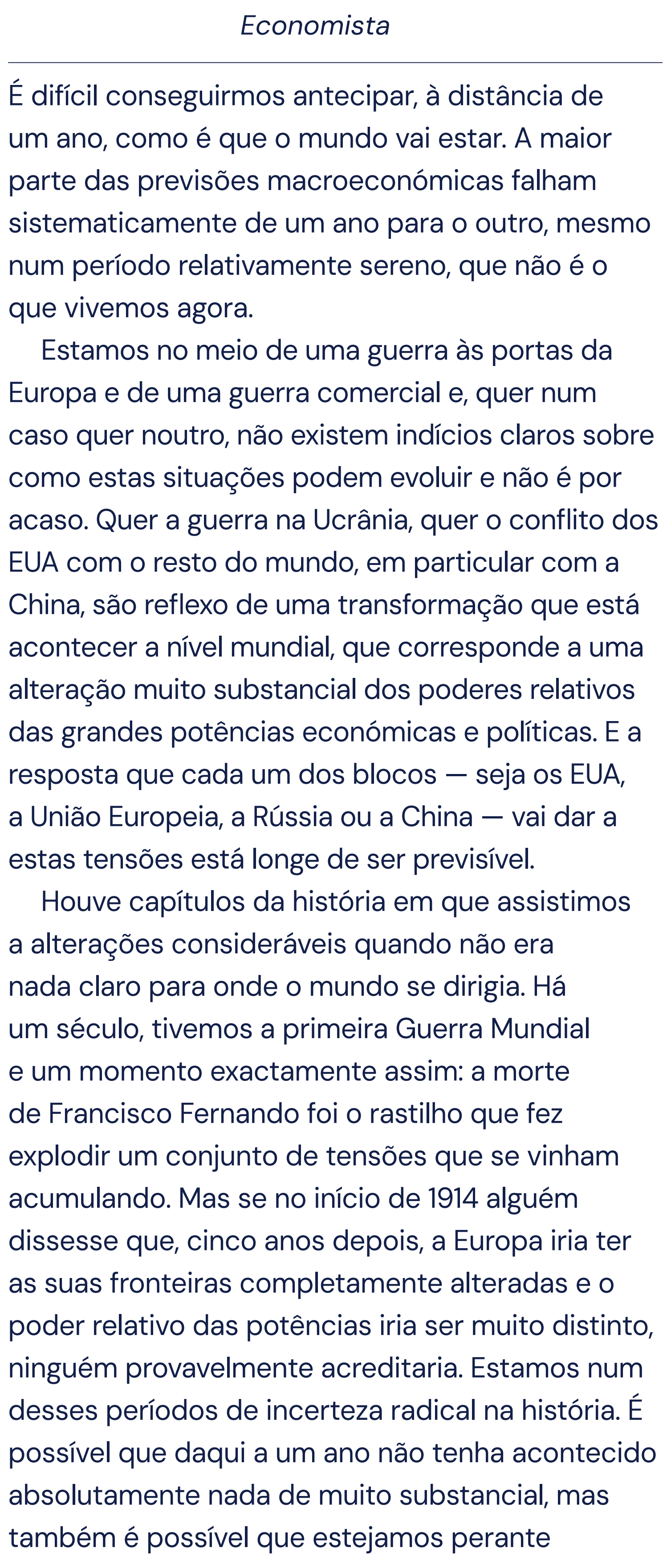
Podcast do CAAD

- **Nuno Cunha Rodrigues, presidente da Autoridade da Concorrência, é o convidado do terceiro episódio do PodCAAD, o podcast do CAAD, que será lançado na sexta-feira, 2 de maio.**

Evento conjunto CAAD/MENAC

- **O CAAD e o MENAC promovem um evento conjunto, no final de maio. A iniciativa insere-se no protocolo de cooperação assinado em dezembro do ano passado. Mais informações em breve.**

Incerteza radical



RICARDO PAES MAMEDE
Economista

É difícil conseguirmos antecipar, à distância de um ano, como é que o mundo vai estar. A maior parte das previsões macroeconómicas falham sistematicamente de um ano para o outro, mesmo num período relativamente sereno, que não é o que vivemos agora.

Estamos no meio de uma guerra às portas da Europa e de uma guerra comercial e, quer num caso quer noutro, não existem indícios claros sobre como estas situações podem evoluir e não é por acaso. Quer a guerra na Ucrânia, quer o conflito dos EUA com o resto do mundo, em particular com a China, são reflexo de uma transformação que está acontecer a nível mundial, que corresponde a uma alteração muito substancial dos poderes relativos das grandes potências económicas e políticas. E a resposta que cada um dos blocos — seja os EUA, a União Europeia, a Rússia ou a China — vai dar a estas tensões está longe de ser previsível.

Houve capítulos da história em que assistimos a alterações consideráveis quando não era nada claro para onde o mundo se dirigia. Há um século, tivemos a primeira Guerra Mundial e um momento exactamente assim: a morte de Francisco Fernando foi o rastilho que fez explodir um conjunto de tensões que se vinham acumulando. Mas se no início de 1914 alguém dissesse que, cinco anos depois, a Europa iria ter as suas fronteiras completamente alteradas e o poder relativo das potências iria ser muito distinto, ninguém provavelmente acreditaria. Estamos num desses períodos de incerteza radical na história. É possível que daqui a um ano não tenha acontecido absolutamente nada de muito substancial, mas também é possível que estejamos perante cenários com os quais, até há pouco tempo, não imaginávamos sequer poder viver.

A União Europeia é uma invenção institucional relativamente recente e, portanto, não há motivos para acharmos que ela existirá sempre porque não existiu sempre e também ela acumulou muitas tensões internas ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, a cooperação estreita entre nações europeias continua a ser percepcionada pela maioria da população e, aparentemente, pela esmagadora maioria dos líderes políticos europeus como a melhor resposta que os países que a compõem podem dar às incertezas do mundo e isso, por si só, constitui hoje um vínculo muito importante para a existência da União Europeia. Não significa que continue a existir exactamente nos mesmos moldes que a conhecemos, embora também não seja tão fácil destruir as instituições existentes porque há um conjunto de compromissos assumidos pelos estados que não se extinguem facilmente.

O inesperado ano de 2025

JOÃO DUQUE
Professor Catedrático de Finanças
Presidente do ISEG

Muitos economistas recusam-se a fazer previsões, com base na elevada probabilidade de errarem o exercício. Apesar da ciência económica permitir prever o evoluir dos agregados macroeconómicos com base em "leis" económicas teórica e empiricamente validadas, a permanente alteração do enquadramento sob o qual se faz a previsão deixa desconfortável os que a ele se atrevem. Normalmente, imaginamos que uma guerra, uma pandemia ou um gigantesco cataclismo natural sejam os acontecimentos que alterem com elevado impacto as previsões económicas. Contudo, nos dias que correm, há um agente que, com a capacidade de um sismo e a errática de um tornado, deixam sem palavras qualquer um que se atreva à previsão económica. Esse agente chama-se "administração Donald Trump".

Liderar a, até agora, maior e mais dinâmica economia do mundo, tem destas consequências: abalar o mundo quando há decisões que o afetem. E se o exercício já é difícil e arriscado mesmo sem "sismos" e "tornados" económicos, com eles o ato prospetivo torna-se numa aventura terrível e desaconselhada a qualquer homem sensato.

Se o mundo muda depressa, parece que com a administração Trump entrou em modo hipersónico!

Por isso, se queremos acertar em qualquer coisa, o melhor é dizer que a única variável que previsivelmente se vai manter elevada, pelo menos nas próximas semanas, se não mesmo meses, é a volatilidade. E se antes de Trump tomar posse muitos, eu incluídos, esperavam um arranque de 2025 muito dinâmico da economia americana, com o reforço da valorização do dólar, e de taxas de juro potencialmente mais baixas, mas um pouco diferidas no ano de 2025, agora esqueçam.

As medidas incoerentes, muito violentas, e de sentido contrário, erráticas e focadas em aparentes crenças ideológicas tornaram os EUA num país em que é difícil de confiar. Este terá sido o maior dano até agora provocado aos americanos: ter levado quase todo o mundo a perder a confiança nos EUA. E isso acaba por se manifestar em vários aspetos: desvalorização do dólar, enfraquecimento do crescimento económico, aumento do risco, subida das taxas de remuneração. Em suma, uma tempestade tão grande e forte que é difícil percorrer o tempo e ver tamanho efeito destrutivo sem que daqui emerja uma ideia de que a recuperação será feita em breve e de modo sólido. Porque no fundo, as medidas que foram anunciadas são adiadas ou desfeitas com a mesma veemência com que tinham sido anunciadas, o que deixa os mercados e os agentes desse mercado.

Por isso, é tão difícil o exercício para o mercado nacional. Por um lado, espera-se que o turismo e a atratividade de Portugal e dos seus produtos, não ponham em causa o crescimento do PIB, acreditando que alguma quebra que se venha a verifica nas exportações para o mercado americano possa ser compensado com outros mercados para onde os empresários exportadores possam encontrar alternativas. Por outro, acalenta-se a ideia de que o BCE, mesmo perante um avisado adiamento da decisão de descida de taxas de juro o venha a fazer em breve aumentando, por isso, a convicção que, mesmo que as exportações venham a quebrar um pouco isso não ponha grandemente em causa os nossos equilíbrios macroeconómicos por efeito de alguma dinâmica do investimento. Assim, tendendo hoje a estar um bocadinho mais pessimista do que estava no início do ano, acredito mesmo assim que consigamos crescer, em termos reais, acima dos 2% ao ano sem desequilíbrios orçamentais. Tudo melhoraria, obviamente, se as guerras em curso se resolvessem, para que as empresas portuguesas pudessem participar no esforço de recuperação desses países, e se a administração Trump voltasse a ser, de novo, sinal de estabilidade.

CONTADOR

16.015

Número de processos administrativos e tributários entrados no CAAD desde o início.

→ **ÚLTIMAS DECISÕES TRIBUTÁRIAS E ADMINISTRATIVAS**
https://caad.org.pt/tributario/decisoes/

→ **CALENDÁRIO DAS AUDIÊNCIAS**
https://www.caad.org.pt/comunicacao/calendario

→ **ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO TRIBUTÁRIA**
https://www.caad.org.pt/tributario/distribuicao

→ **ÚLTIMA DISTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA**
https://www.caad.org.pt/administrativo/distribuicao